



**EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, TEORIA DA  
LEGITIMIDADE E ISOMORFISMO:  
UM ESTUDO COM MINERADORAS BRASILEIRAS**

**Claudevi Pereira Dias**  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
*clauvedias@hotmail.com*

**Raimundo Nonato Lima Filho**  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
*rnlfilho@gmail.com*

**Thiago Bruno de Jesus Silva**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
*Thiagobruno.silva@yahoo.com.br*

**Francisco Marton Gleuson Pinheiro**  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
*fmarton2003@yahoo.com.br*

**Resumo**

Este estudo teve o objetivo de averiguar a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, analisando até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza são semelhantes. Para tanto, utilizou-se do instrumento estabelecido por Sampaio *et al.* (2012) que contempla quatro grupos de indicadores em consonância com os procedimentos fixados pela Norma Brasileira de Contabilidade T – 15 e outras recomendações dos Institutos Ethos e IBASE, além das diretrizes estabelecidas pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) para elaboração dos relatórios anuais e de sustentabilidade. Foram analisados dez relatórios anuais e de sustentabilidade no período que compreendem dois distintos anos 2009 e 2012, sendo que a definição dos mencionados anos levou em consideração o estudo realizado por Sampaio *et al.* (2012), de forma a permitir uma análise comparativa dos achados do estudo anterior com o presente estudo. Utilizou-se a média e o desvio padrão como parâmetro para dar sustentação ao tratamento dos dados. Sendo assim, comparou-se a evolução das médias de cada grupo de indicadores e analisou-se a diferença de cada variável em relação à média. Os resultados permitiram verificar um aumento no volume de informações socioambientais nos dois períodos analisados, o que reforça o pressuposto da Teoria da Legitimidade e de processo isomórfico na evidenciação das informações socioambientais.

**Palavras-Chave:** Disclosure Socioambiental; Legitimidade; Empresas Mineradoras.



## 1. INTRODUÇÃO

O constante crescimento de impactos ambientais causados por diversas empresas do segmento de mineração vem preocupando o poder público, sociedade e as próprias empresas, nesse contexto real, observa-se o quanto os recursos naturais sofrem com essas atividades degradantes, podendo ficar cada vez mais escassos em nosso meio ambiente. Vários são os meios usados pelas empresas para conseguir alcançar o seu poder econômico, entretanto, não tem sido ponderada uma forma de equilibrar o crescimento econômico e a escassez desses recursos. No estágio atual do desenvolvimento capitalista exige-se processos de produção ancorados em lógicas racionais na utilização dos fatores produtivos.

Contudo, as empresas pressionadas cada vez mais por grupos de proteção ao meio ambiente, sociedade e regulação estatal, procuram evidenciar informações socioambientais, através de relatórios anuais e de sustentabilidade que, *a priori*, não se enquadra com sua atual realidade, mesmo reconhecendo que são instrumentos que servem para transmitir um equilíbrio nas tomadas de decisões das empresas de mineração, aos *stakeholders* e à sociedade em geral.

Atualmente no cenário mundial, onde existe uma crescente mobilização contra essas organizações que não têm responsabilidade social e ambiental, surgem diretrizes que impulsionaram as empresas a se desenvolverem sem impactar o meio ambiente. Nesse aspecto, a sociedade passou a cobrar uma nova postura corporativa em que o crescimento econômico esteja alinhado com a responsabilidade socioambiental.

Uma vez que a Contabilidade tem como função a divulgação fidedigna das informações da instituição, a finalidade deste estudo está em identificar as ferramentas utilizadas para evidenciar tais informações, visando especificamente apontar o tipo de informação de caráter socioambiental das empresas de mineração em seus relatórios e verificar evidências empíricas da aplicação predita pela Teoria da Legitimidade e da Teoria Institucional.

Por conta disso, observa-se que as instituições, em especial, aquelas que têm sua economia voltada a impactar o meio ambiente, evidenciam seus relatórios anuais e de sustentabilidade com o objetivo, não só de prestar informações aos seus usuários externos, mas propagar a sua imagem com intuito de alcançar crescimento econômico. Portanto, espera-se que as empresas analisadas nesta pesquisa procurem criar estratégias no seu ambiente organizacional que contribua para aumentar o nível de qualidade e transparência na evidenciação de informações socioambiental.

Entende-se que a Teoria da Legitimidade é um recurso teórico que serve para dar embasamento e ratificação das informações de responsabilidade socioambiental acolhido pelas empresas. Diante deste contexto, considera-se que essa teoria tem em seu escopo o papel de demonstrar como e por que os gestores são beneficiados com a publicação do relato de suas informações.

Na busca da legitimação social e ambiental, uma organização tende a se parecer com as demais que compõem o ambiente organizacional do qual ela participa. Consequentemente, essa homogeneização engloba tanto a sua estrutura como as práticas organizacionais. Desse modo, entende-se que essa similaridade entre empresas de um mesmo segmento possibilita a existência do Isomorfismo em suas rotinas. É justamente sob o aspecto da similaridade na Teoria Institucional que Dimaggio e Powell (1991) desenvolveram o conceito de isomorfismo,



indicando que em mesmas condições ambientais uma determinada unidade da população tende a ser semelhante aos seus pares.

Assim, considerando esse contexto, a forma, a autenticidade, a qualidade e o volume de informações divulgadas em relatórios socioambientais de empresas de mineração, e o propósito de colaborar junto às atuais pesquisas relacionadas a divulgação de informações sociais e ambientais, surge então, a questão que norteou esta pesquisa: **de que forma a Teoria da Legitimidade pode explicar as características que avaliam o nível de autenticidade nas evidenciações de informações socioambiental das empresas brasileiras de mineração?** Dessa forma, constitui-se como objetivo desta pesquisa identificar o nível de evidenciação nas informações socioambiental nas empresas de mineração.

Oportunamente, justifica-se este estudo pela necessidade de reconhecer a legitimação nos procedimentos de evidenciações de informações socioambiental das empresas de mineração diante de uma possível presença de isomorfismo na elaboração desses relatórios, principalmente em virtude da importância da sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geração de valor; da sustentabilidade social como instrumento de estímulo à educação, à cultura ao lazer e à justiça social para comunidade; e da sustentabilidade ecológica ao se manter ecossistemas vivos, com diversidade.

A escolha pela análise dos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram atividade de mineração justifica-se pelo fato dos indicadores elencados por esta pesquisa serem fornecidos por meio destes documentos e, ainda, pela coerência com as teorias que dão sustentação a este trabalho.

Diante do exposto, menciona-se que além da presente introdução, este artigo é formado por mais quatro tópicos. O próximo capítulo refere-se à fundamentação teórica, fazendo uma conexão com a temática desta pesquisa. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos para satisfazer os objetivos deste estudo. Já o quarto capítulo apresenta-se a análise dos dados, a partir dos métodos quantitativos empregados, buscou apresentar analiticamente os achados empíricos. Por fim, apresenta-se o tópico das considerações finais deste estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se este capítulo com uma breve revisão de literatura com o intuito de sinalizar as discussões que levaram a adoção da presente temática objeto deste estudo. A cobrança por parte de uma sociedade em geral, por uma postura responsável dessas organizações com atividades de risco ambiental, devido à degradação do meio ambiente e os riscos oferecidos a ele, exige também a participação da Contabilidade em divulgar essas informações nos relatórios socioambientais.

Vale ressaltar que no contexto acadêmico é conveniente destacar a ausência da discussão aprofundada que aborde a prática da evidenciação de informações socioambientais nos relatórios, fundamentada na Teoria da Legitimidade, de modo que o resultado obtido possa enriquecer e fomentar discussão, bem como a produção de outras pesquisas a fins.

Segundo Sampaio *et al.* (2012), o nível de evidenciação de informações socioambientais aumentou significativamente nos últimos anos, refletindo a crescente preocupação das empresas com questões econômicas, sociais e ambientais.



Percebe-se, assim, um novo paradigma orientador da dinâmica empresarial e dos mercados para o contexto de sustentabilidade, o que estimula a utilização dos recursos naturais para o crescimento econômico atual de forma a garantir a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

É importante destacar que a Teoria da Legitimidade está intimamente relacionada com o aumento da divulgação de informação ambiental, principalmente a partir das décadas recentes, e constitui um importante fator explicativo de tal prática por parte das empresas.

A Teoria Institucional propõe a ideia que grandes pressões levam a práticas e estruturas organizacionais semelhantes e uniformes, através de vários mecanismos de coerção, normatização e imitação, as organizações que partilham o mesmo ambiente são mais suscetíveis a responder a essas pressões adotando estruturas similares conhecidas como Isomorfismo.

Discussões científicas, no decorrer das últimas décadas, ampliaram o escopo de análise sobre o tema, passando dos métodos de identificação de relatos feitos nos documentos publicamente disponibilizados pelas empresas, para sistemas mais elaborados de avaliação das informações como suporte à tomada de decisões.

Segundo Ribeiro *et al.* (2009), o estudo da temática socioambiental em relatórios anuais e demonstrações contábeis não é recente. Em 1976, Belkaoui fez uma pesquisa nos relatórios de 50 empresas dos EUA sobre o impacto da informação sobre as questões ambientais nos preços das ações de empresas listadas na bolsa de valores de New York, sendo um dos pioneiros neste campo de pesquisa.

Segundo Monteiro (2008), ao longo das últimas décadas, a comunicação de caráter socioambiental tem despertado o interesse não só dos distintos *stakeholders*, que cada vez mais exigem informação dessa natureza para a tomada de decisão, mas também, dos pesquisadores na área de contabilidade social e ambiental, em particular na linha de evidenciação de informações.

Esses estudos são impulsionados pelo aspecto de tomada de decisão, bem como pela necessidade de ampliar o aspecto teórico e prático do tema. O que se espera é que a avaliação da evidenciação de informação socioambiental seja um instrumento capaz de apoiar a gestão empresarial.

Conforme Nossa (2002), *o disclosure* ambiental pode ser obrigatório, quando exigido por leis e regulamento e voluntário, quando feito espontaneamente, mesmo que seja com base em diretrizes e orientações.

Contudo, apesar da relevância do *disclosure* para fins de legitimação no mercado e da consequente necessidade de práticas de divulgação mais consistentes, ainda não há, no entendimento desse autor, consenso quanto ao conteúdo que deve ser inserido nos relatórios.

Essas informações segundo autores Lins e Silva (2007), servem para a empresa demonstrar aos seus usuários o que está sendo feito para melhoria e manutenção do bem estar da sociedade e do meio ambiente, independentemente dessas informações serem voluntárias ou não.

Para Iudícibus (2006, *apud* PEREIRA *et al.* 2009), a evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. Contudo, observa-se que os autores destacam que as evidenciações devem estar em consonância com os princípios contábeis, tornando-se um meio de comunicação entre a empresa e os usuários dessas informações.

Portanto, a não evidenciação tornou-se um aspecto desvantajoso para a promoção da imagem da empresa em relação à competitividade, uma vez que a empresa preocupada em valorizar sua relação com o meio ambiente conquista uma reprodução diferenciada perante a opinião pública.



Quanto à evidenciação de informações relativas à questão socioambiental, os relatórios constituem-se em instrumentos por meio dos quais as empresas apresentam aos *stakeholders* as informações relativas às suas práticas. Organizações não governamentais como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) empreendem esforços para estabelecer orientações sobre a evidenciação de informações socioambientais.

No âmbito nacional, assim como no contexto internacional, verifica-se uma ampla discussão acerca dos aspectos socioambiental das empresas, principalmente em se tratando da forma pela qual as ações empresariais socialmente responsáveis vêm sendo divulgadas. Essas discussões são geralmente fundamentadas em algumas abordagens teóricas, destacando-se a teoria do *disclosure*, Teoria Institucional e a Teoria da Legitimidade, esta última considerada como de maior relevância (SANTOS, 2008).

A Teoria Institucional fornece evidências de que as organizações devem atuar de acordo com as demandas da sociedade caso queiram ser percebidas como legítimas. Dias Filho e Machado (2008, p. 31) afirmam que a Teoria Institucional ajuda explicar os fenômenos contábeis a partir de padrões de comportamento, normas, crenças e procedimentos a que as organizações recorrem para ganhar legitimidade no ambiente que atuam.

Uma vez dispostas ao público, as informações divulgadas pela entidade através dos demonstrativos contábeis, para serem úteis no processo decisório, devem ser avaliadas considerando a sua compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (CFC 1.121/08).

De acordo com Ribeiro (2006), mesmo que a empresa esteja executando medidas voltadas à qualidade ambiental, aos olhos da sociedade carente dessas medidas, não basta a empresa executá-las; é preciso que sejam divulgadas, para que suas ações sejam refletidas e para que a sociedade assuma seu papel fiscal de controle e acompanhamento. A informação relativa a qualidade ambiental pode ao mesmo tempo beneficiar ou prejudicar a imagem da empresa, dependendo das suas ações. Por que, ao captar recursos do meio ambiente, sejam estes renováveis ou não, a organização utiliza-se do patrimônio da humanidade.

Portanto, cabe às organizações disponibilizarem resultados e relatórios com evidências coerentes de práticas e procedimentos que garantam resultados transparentes das atividades econômicas, demonstrando medidas satisfatórias de desempenho econômico combinadas com resultados aceitáveis de práticas socioambientais.

## 2.1 TEORIA DA LEGITIMIDADE

A capacidade desenvolvida da empresa em se adequar a novos cenários, frente às perspectivas da sociedade em geral, é avaliada sob a ótica da necessidade de sua inserção e sustentação no mercado. Sob o advento da valorização de temas sustentáveis, o comportamento empresarial é analisado, uma vez que os aspectos relacionados à preocupação socioambiental são instrumentos de legitimação e compromisso com o meio ambiente.

A Teoria da Legitimidade é interpretada, na contabilidade, com relação às informações prestadas pelas empresas à sociedade. Estas empresas podem analisar que é importante a divulgação destas informações e que sofrem pressões de forças sociais para que as expectativas possam ser atendidas, isto por exigência dos consumidores, fornecedores ou por atendimentos regulamentares e legais (IUDÍCIBUS, 2000).



A Teoria da Legitimidade conforme o autor explica, tem uma ligação entre fatores que tem influência no processo decisório gerencial dos gestores identificados e a divulgação de informações ambientais que é realizada.

De acordo com Islam e Deegan (2008), a Teoria da Legitimidade defende que as empresas devem buscar a contínua certificação de que sua atuação está em conformidade com normas e valores aceitos pela sociedade, bem como assegurar que suas atividades são legítimas.

Esse autor salienta ainda que a divulgação dessas informações varia entre empresas, por exemplo, o setor, a região de instalação, o tamanho e o nível de impacto ambiental produzido por seus processos produtivos.

Segundo Machado, Nascimento e Murcia (2009), sob o contexto da Teoria da Legitimidade, pode-se afirmar que as empresas potencialmente poluidoras são mais pressionadas por parte da sociedade a investir, adotar práticas socialmente responsáveis e divulgá-las, visto que devem buscar novas formas de alcançar legitimidade social. Dias Filho (2007) informa que a legitimidade pode ser comparada a uma espécie de contrato social firmado entre as empresas e a sociedade demonstrando como os membros perceber que a organização infringiu seu contrato social, a sua saúde empresarial pode estar seriamente ameaçada.

A Teoria da Legitimidade confirma a necessidade de analisar as demonstrações contábeis na sua totalidade, incluindo os indicadores de desempenho sociais e ambientais, não só os indicadores econômicos. Porém, a Teoria da Legitimidade abrange a sociedade como um todo.

## 2.2 ISOMORFISMO

Na busca da legitimação social, uma organização tende a se parecer com as demais que compõem o ambiente organizacional do qual ela participa. Consequentemente, essa homogeneização engloba tanto a sua estrutura como as práticas organizacionais. Para Meyer e Rowan (1977), essa tendência de similaridade entre as empresas de um mesmo segmento possibilita à organização maior chance de sobreviver no mercado.

Segundo Di Maggio e Powell (1983), essa tendência de semelhança organizacional entre as empresas conceitua-se como isomorfismo institucional. Assim, entende-se pelos autores, que a presença do isomorfismo nas organizações surgiu, desde décadas passadas, passando a evoluir com o crescimento econômico das empresas, que na busca pela legitimação, tende a realizar práticas semelhantes no seu ambiente organizacional.

Para Assis *et al.* (2010, p. 2), o isomorfismo é a busca da organização de igualdade de ações, estruturas e processos; “pode ser entendido como uma convergência progressiva das organizações a sua tendência, por meio da imitação, buscando legitimação”.

Organizações que atuam no mesmo campo organizacional tendem a dirigir que tenham comportamento similar em resposta a pressões externas e internas. Estas pressões conduzem ao isomorfismo, que “constitui um processo de restrição que força uma unidade e uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (HAWLEY, 1968, *apud* DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Essa abordagem dos autores propõe que as particularidades de uma organização são alteradas na direção do aumento de compatibilidade com as características ambientais.

Na visão de Santos (2008), o isomorfismo institucional leva em consideração a política e a cerimônia que coordena a vida organizacional, levando à compreensão das organizações que



disputam não apenas recursos e clientes, mas também, poder político, legitimidade institucional e uma boa condição social e econômica. Segundo Scott (1995), essas categorias de isomorfismo estão associadas a várias correntes da Teoria Institucional, organizando-se em pilares de acordo com os enfoques normativos, regulativos e cognitivos.

Existem três mecanismos através do qual a mudança isomórfica institucional ocorre: 1) isomorfismo coercitivo, que deriva de pressão formal ou informal exercida por organizações em que há dependência, influências políticas e problemas da legitimidade; 2) isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza, onde as organizações se modelam nas percebidas como bem sucedidas; e 3) isomorfismo normativo, associado à profissionalização provocada por profissionais que executam atividades similares em diferentes organizações e vêm problemas numa forma similar (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

O isomorfismo normativo decorre do poder de entidade reguladora sobre os arranjos nas estruturas das organizações (SAMPAIO; GOMES; BRUNI; FILHO, 2012, p. 5). Provém da definição de modelos, métodos e condições padronizados e estabelecimento de legitimidade das atividades a serem realizadas na organização que são estabelecidos por informações, normas e conhecimentos compartilhados de colaboradores da mesma atividade de diferentes organizações que geram uma igualdade entre elas. É o comportamento semelhante de profissionais de grupos distintos de organizações (BAKER; RENNIE, 2006).

Contudo, observa-se que os autores descrevem que o isomorfismo encontra-se de forma presente nas organizações, e que vários fatores contribuem para essa propagação, pois empresas visam principalmente o seu equilíbrio financeiro, muitas vezes em detrimento ao mínimo de preocupação em analisar as práticas de evidenciações dessas informações.

### 3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para investigar a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, inicialmente realizou-se uma pesquisa na Revista Exame Maiores e Melhores a fim de identificar as empresas desse segmento, bem como as que tiveram os maiores volume de vendas no ano de 2012, como critério de conveniência para selecionar as entidades para constituir a amostra da pesquisa. A escolha por esse critério é pela disponibilização como forma de *ranking* da participação de cada entidade.

Foram coletados os relatórios anuais e de sustentabilidade disponíveis no *site* de cada empresa dos anos de 2009 e 2012 para verificar nesses dois períodos se houve ou não um aumento no volume de informações socioambientais. A opção por estes dois anos é com o intuito de verificar se neste intervalo, do período de 2009 ao de 2012, houve aumento na evidenciação de informações socioambientais, além de permitir uma análise comparativa dos achados dos estudos anteriores com o presente estudo.

Por motivo de acesso a dados desejados foram selecionadas as seguintes empresas: Vale; Alunorte; Samarco; BiphBilton; Mineração Rio Norte. As empresas, Magnesita; Mineração Maracá; Nacional Mineração, não publicaram seus relatórios anuais de sustentabilidade do exercício 2012 durante o período de realização do estudo de pesquisa, logo, analisou-se os relatórios anuais e de sustentabilidade das 5 empresas, dos exercício 2009 e 2012, totalizando 10 relatórios. Nesse aspecto, foi analisada a existência da evidenciação das informações para cada grupo de indicadores estabelecidos pela pesquisa e o atendimento às orientações da NBC – T-15 e das Diretrizes para Elaboração do Relatório de Sustentabilidade emitido pela GRI.



Os grupos de indicadores socioambientais adotados nesta análise foram estabelecidos por Sampaio *et al.* (2012) que investigaram a existência de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, verificando até qual ponto de evidenciação de informações dessa natureza são semelhantes. Fixaram-se indicadores relacionados ao ambiente social interno e externo e as relações da empresa com o meio ambiente, estabelecidos pela NBC T-15. Em relação aos indicadores do Instituto Ethos e Ibase, estabeleceram aqueles voltados a aspectos sociais internos, externos e ambientais. Observando a relevância no cenário internacional das diretrizes fixadas pelo GRI e também pelo número de organizações que tem adotado o modelo destes organismos, sobretudo as do setor de papel e celulose, tornando-se necessário a inclusão de um indicador que investigue o seu atendimento.

Sendo assim, para verificar o volume de informação de conteúdo socioambiental foram separados quatro indicadores: ISI, ISE, IA e o GRI, esse com o objetivo de verificar o nível de atendimento às diretrizes estabelecidas por esse órgão. Para cumprir esta etapa foram construídas questões para cada grupo de indicadores, que podem ser observadas no Quadro 3, com o propósito de verificar a evidenciação ou não das informações, convertendo as respostas em variáveis.

Quadro 3 – Questões formuladas para cada grupo de indicadores

<b>Análise de Indicadores Sociais Internos (ISI)</b>	<b>Análise de Indicadores Sociais Externos (ISE)</b>
Evidencia a remuneração média dos funcionários?	Evidencia gastos com educação?
Evidencia os gastos com encargos sociais?	Evidencia gastos com cultura?
Evidencia os gastos com alimentação e transporte?	Evidencia gastos com saneamento?
Evidencia os gastos com previdência privada e saúde?	Evidencia gastos com saúde?
Evidencia os gastos com segurança e medicina do trabalho?	Evidencia gastos com esporte e lazer?
Evidencia os gastos com educação e cultura?	
Evidencia os gastos com desenvolvimento profissional?	
Evidencia os gastos com creches ou auxílio creche?	
Evidencia informação das participações nos lucros?	
Evidencia a movimentação de funcionários (admissão demissão de funcionários e estagiários)?	
Evidencia quantidade de funcionários por gênero, faixa etária, nível de escolaridade?	
Evidencia informações com relação a causas trabalhistas?	



Análise de Indicadores ambientais (IA)	Análise de Atendimento as Diretrizes do (GRI)
Evidencia os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente?	Evidencia a estratégia e análise?
Evidencia os investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?	Define os parâmetros do relatório?
Evidencia os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?	Evidencia sobre governança, compromissos e engajamento?
Evidencia os investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?	Evidencia as formas de gestão?
Evidencia os investimentos e gastos com outros projetos ambientais?	Evidencia o resultado econômico?
Evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?	Evidencia informações sobre a gestão de materiais, energia, água, biodiversidade, emissões de resíduos, produtos e serviços, transportes, outros?
Evidencia impactos ambientais negativos /riscos ambientais?	Evidencia informações sobre práticas trabalhistas e trabalho decente?
Evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?	Evidencia informações sobre os direitos humanos?
Evidencia informações sobre passivos e contingências ambientais?	Evidencia informações sobre a sociedade?
	Evidencia informações sobre a responsabilidade pelo produto?

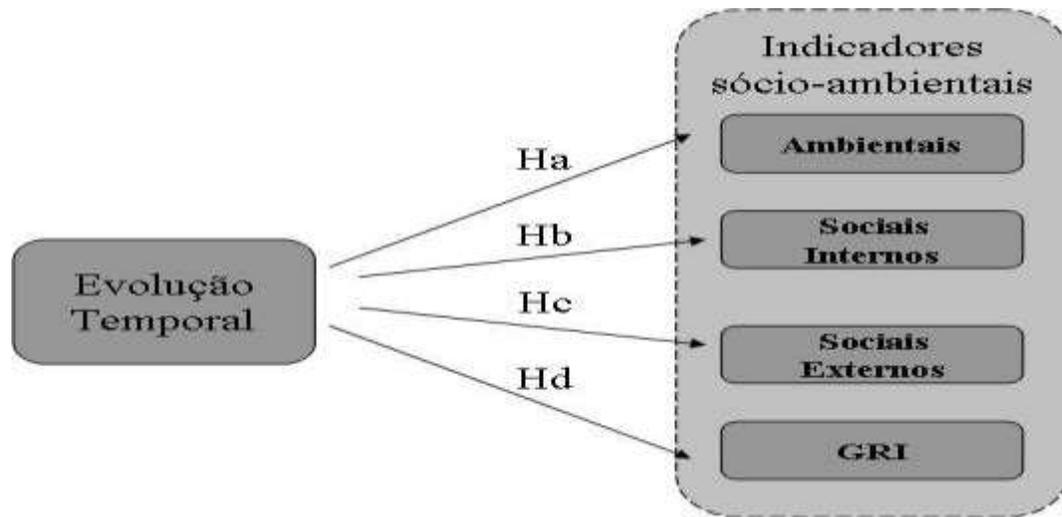
Fonte: Sampaio *et al* (2012), adaptado da NBC T-15 e do Manual de Diretrizes do GRI (2000).

Para tal, atribui-se código 1(um) para as respostas positivas e 0 (zero) para as respostas negativas. Posteriormente, foram somadas as quantidades de respostas positivas, que serviu como parâmetro para verificação do volume de informação evidenciada em cada um dos quadrantes. Assim quanto maior a quantidade de evidenciações individuais em cada quadrante maior o valor atribuído para cada grupo de indicador.

Portanto, por meio das contribuições da Teoria da Legitimidade quanto ao fenômeno da divulgação do ambiente corporativo, onde tais estratégias podem ser adotadas como estratégias para reduzir custos políticos (DIAS FILHO, 2009), apresenta-se como variável independente neste modelo a “evolução temporal”, e as variáveis dependentes foram constituídas pelos indicadores socioambientais, divididos em quatro grupos: “indicadores ambientais, indicadores sociais internos e externos e um indicador denominado GRI”, considerando a relevância do GRI no cenário internacional e diante do número de empresas, principalmente as mineradoras no Brasil, que tem adotado o modelo destes organismos.



Figura 2 - Modelo operacional da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante disso, os indicadores socioambientais que se encontram presentes nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a mesma atividade desse segmento apresentado nesta pesquisa, estão sujeitos a fatores análogos de pressão ambiental e tendem a ser mais homogêneo com o tempo, justificando-se assim o estabelecimento da variável independente e a evolução temporal a partir das contribuições advindas da Teoria Institucional.

Para analisar os dados, foi utilizada como ferramenta estatística a média e o desvio padrão, com a comparação das médias obtidas para cada indicador estabelecido pela pesquisa. Na opinião de Bruni (2009), essa técnica consiste em um teste de hipóteses para igualdade de médias, verificando se determinados fatores produzem mudanças sistemáticas em algumas variáveis relevantes no estudo.

A partir da comparação das médias com relação ao volume de informação evidenciada nos relatórios anuais e de sustentabilidade, pôde-se investigar se existia a presença do isomorfismo com relação aos itens que compõem cada indicador e, em seguida, identificar se havia um processo isomórfico para cada grupo a partir do total indicado pela quantidade de respostas positivas verificadas para cada item.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo faz-se a descrição e análise dos dados. Inicia-se com a apresentação dos resultados encontrados nos grupos de indicadores socioambientais das empresas. A Tabela 1 evidencia a evolução das frequências da amostra analisada nos dois exercícios. Por meio da análise comparativa de médias pode-se verificar que nesse intervalo que compreende 24 meses houve um aumento no volume de informações evidenciadas (ISI e GRI).



Tabela 1 – Evolução das Médias e Desvio Padrão (Frequências)

Indicador	2009		2012	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
ISI	7,22	1,98	8,2	0,83
ISE	3,44	1,23	3,4	0,54
IA	5,77	2,22	5,2	0,83
GRI	7,55	2,83	8,2	1,09

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior elevação na média foi com relação aos ISI, uma vez que as empresas estão mais alerta e sofrem mais pressões e cobranças em relação às questões relacionadas com os recursos humanos da entidade.

A segunda maior elevação referente a esses dois anos, 2009 e 2012 foi nos indicadores com relação ao atendimento às diretrizes do GRI. Isso ocorreu dada à relevância deste relatório para diversos organismos internacionais e os diversos *stakeholders* dessas empresas. Salienta-se que as organizações analisadas nesse estudo, apesar de estarem localizadas no Brasil, mantém forte relacionamento de importação e exportação, tanto de matéria-prima como de produtos acabados e outros itens relacionados às suas atividades, o que provavelmente possa justificar um maior atendimento às diretrizes estabelecidas pela GRI.

As demais variáveis, no que se refere aos indicadores ISE, não apresentaram alteração no volume de informações evidenciadas, permanecendo com a média referente ao ano 2009, e, por fim, houve uma redução relacionada aos IA (Indicador ambiental). Observa-se que a necessidade das organizações ambientalistas, poder público e sociedade em geral estarem mais atentas as práticas dessas empresa, objetivando verificar o volume e a transparência dessas informações, já que tendem a impactar o meio ambiente.

Na Tabela 2, evidencia-se o comportamento individualizado dos indicadores por ano e separados por empresas. Observa-se que de forma geral nesses anos de 2009 e 2012, a Vale S.A. evidencia um maior volume de informações do que as demais empresas deste segmento no que se referem os itens que compõem os indicadores sociais internos e externos.



Tabela 2 – Evolução das Frequências

EMPRESAS	2009				2012			
	ISI	ISE	IA	GRI	ISI	ISE	IA	GRI
<b>VALE</b>	9	5	9	10	9	4	6	9
<b>SAMARCO</b>	9	4	8	10	9	3	5	9
<b>MRN</b>	4	2	5	2	8	3	5	7
<b>BHP</b>	9	4	8	10	8	3	6	9
<b>ALUNORTE</b>	8	4	5	8	7	4	4	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 evidencia a evolução dos dois anos analisados das médias para cada item que compõem o grupo dos Indicadores sociais Internos (ISI). Por meio da análise comparativa pode-se verificar que, de forma geral, houve um gradativo aumento na evidenciação de informações com relação ao corpo de funcionários e os benefícios disponibilizados pelas empresas.

Analisando a variação das médias dos anos 2009 e 2012, percebe-se que os itens que sofreram menor variação foram as informações com os gastos com creches e auxílio creche e informações com relação à informação das participações nos lucros houve uma redução significativa nesses períodos. Por outro lado, as informações com relação aos gastos com educação e cultura, segurança e medicina do trabalho e desenvolvimento profissional dos funcionários foram os que possuíram um aumento semelhante nas médias durante esses dois anos.

Tabela 3 – Estatística Descritiva dos Indicadores Sociais Internos

ITEM EVIDENCIADO	2009		2012	
	x	s	X	s
Remuneração Média dos Funcionários	0,00	0,00	0,20	0,44
Gastos com Encargos Sociais	0,46	0,53	0,20	0,44
Gastos com Alimentação e Transporte	0,78	0,44	0,60	0,55
Gastos com Previdência e Saúde	1,00	0,00	1,00	0,00
Gastos com Segurança e Medicina do Trabalho	0,89	0,33	1,00	0,00
Gastos com Educação e Cultura	0,89	0,33	1,00	0,00
Gastos com Desenvolvimento Profissional	0,89	0,33	1,00	0,00
Gastos com Creches ou Auxílio Creche	0,22	0,44	0,20	0,44
Informação das participações nos lucros	0,68	0,50	0,20	0,44
Movimentação de funcionários (admissão, demissão de funcionários e estagiários)	0,80	0,44	1,00	0,00



Quantidade de funcionários por gênero, faixa, etária, nível de escolaridade	0,44	0,53	1,00	0,00
Informações com relação a causas trabalhistas	0,22	0,44	0,80	0,45

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o desvio padrão dessa amostra, percebe-se, de forma geral, que o comportamento das empresas com relação à média é heterogêneo. Assim, pode-se inferir que não há um padrão de volume de informações com relação a estes indicadores.

Este aumento em alguns itens que compõem os ISI revela-se uma coerência com a Teoria da Legitimidade. Os colaboradores das organizações representam um grupo de usuários interessados nessas informações, assim com a divulgação dessas informações as empresas procuram ser percebidas como legítimas, reduzindo gradativamente as pressões dos funcionários e agentes externos.

Já na Tabela 4 pode ser observado o comportamento dos itens que compõem os indicadores sociais externos (ISE). Pode-se verificar que os itens que mantiveram uma média semelhante relacionada ao volume de informações nesses dois anos analisados 2009 e 2012 foram os indicadores com os gastos com educação e cultura.

Em relação aos indicadores que evidenciam os gastos com saneamento, houve uma redução no volume dessas informações, e por fim, os indicadores que compõem os itens de saúde, esporte e lazer tiveram um crescimento significativo nesses dois anos analisados.

Tabela 4 – Estatística Descritivas dos Indicadores Sociais Externos

ITEM EVIDENCIADO	2009		2012	
	x	S	x	s
<b>Gastos com educação</b>	1,00	0,00	1,00	0,00
<b>Gastos com cultura</b>	1,00	0,00	1,00	0,00
<b>Gastos com saneamento</b>	0,35	0,50	0,20	0,44
<b>Gastos com saúde</b>	0,56	0,53	0,80	0,45
<b>Gastos com esporte e lazer</b>	0,55	0,53	0,80	0,45

Fonte: Elaborado pelo autor

Contudo, observa-se que o ISE (Indicador Social Externo), provavelmente por ser um indicador que possui uma maior influência sobre a comunidade, tende a se manter em um nível de crescimento elevado no volume de informações, pois as empresas com isso procuram registrar a sua parcela de contribuição dentro da comunidade na qual está inserida.

A evolução dos indicadores ambientais (IA) pode ser verificada na tabela 5 e evidencia resultados relevantes. A elevação no nível de evidenciação identificada nos indicadores sociais, também pode ser apurada nos indicadores ambientais. No período analisado, houve um aumento gradativo de informações ambientais. De forma geral, as informações ambientais contribuem para a melhoria da imagem da empresa, assim, de acordo com a Teoria da Legitimidade, as empresas



podem operar no ambiente onde estão inseridas com menores custos e com redução da pressão sobre elas.

Tabela 5 – Estatística Descritiva dos Indicadores Ambientais

Item evidenciado	2009		2012	
	x	s	x	s
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio	1,00	0,00	1,00	0,00
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	0,89	0,33	1,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores	0,80	0,44	0,80	0,45
Investimento e gastos com educação ambiental para comunidade	0,70	0,50	0,80	0,45
Investimentos e gastos com outros projetos	0,89	0,33	1,00	0,00
Quantidade de processos ambientais, administrativos, e judiciais movidos contra a entidade	0,45	0,53	0,20	0,45
Impactos ambientais negativos ou riscos ambientais	0,67	0,50	0,00	0,00
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas ou judicialmente	0,33	0,50	0,40	0,55
Informações sobre passivos e contingências ambientais	0,11	0,33	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

As menores médias obtidas entre indicadores ambientais é um fator que merece destaque no período analisado, principalmente em relação aos impactos ambientais negativos, riscos ambientais, informações sobre passivos e contingências ambientais e à quantidade de processos ambientais. Observa-se que as empresas são mais propensas a apresentar informações em seus relatórios ambientais que sejam favoráveis à sua imagem corporativa e tendem a omitir informações de natureza negativa que possam impactar em sua legitimidade perante a sociedade.

A Tabela 6 sumariza os resultados obtidos com a análise que buscou investigar o atendimento às diretrizes estabelecidas pelo GRI. Verificou-se que as médias apresentadas foram maiores do que as observadas com relação aos outros indicadores. Isso revela uma tendência das empresas que atuam no segmento de mineração em adotarem as recomendações para a elaboração dos relatórios anuais e de sustentabilidade.

Esse fator provavelmente, pode ser explicado pelo fato da maioria das organizações terem relação comercial com outros países, e a proposta indicada pelo GRI ser aceita por muitas empresas e organismos internacionais. Assim, as empresas que possuem melhores desempenhos tendem a evidenciar mais de acordo com os princípios estabelecidos pelo GRI.



Tabela 6 – Estatística Descritiva dos Indicadores GRI

ITEM EVIDENCIADO	2009		2012	
	x	s	x	s
Estratégia e análise	0,56	0,53	0,60	0,55
Definição dos parâmetros do relatório	0,79	0,44	1,00	0,00
Governança, compromissos e engajamento	0,89	0,33	1,00	0,00
Formas de gestão	0,76	0,44	1,00	0,00
Resultado econômico	1,00	0,00	1,00	0,00
Gestão de materiais, energia, água, biodiversidade, emissões de resíduos, produtos, e serviços, transportes, outros.	0,78	0,44	0,78	0,44
Práticas trabalhistas e trabalho decente	0,44	0,53	1,00	0,00
Direitos humanos	0,57	0,53	0,80	0,45
Sociedade	1,00	0,00	0,80	0,45
Responsabilidade pelo produto	0,78	0,44	1,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados obtidos na Tabela 6 são convergentes com as evidências fornecidas por Clarkson *et al.* (2007), de que existe uma correlação positiva entre o nível de desempenho ambiental e o nível de divulgação discricionária de relatórios socioambientais e relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI.

Já em relação aos indicadores sociais internos e externos, os achados da pesquisa tendem a inferir que não existe diferença significativa entre as médias destes indicadores. Essa afirmação pode ser explicada pelo fato dos indicadores citados possuírem maior grau de normatização.

Já com relação aos indicadores ambientais e os indicadores de atendimento ao relatório do GRI, percebeu-se um comportamento heterogêneo. Portanto, não se pôde afirmar acerca da presença de isomorfismo para esses dois tipos de indicadores.

A partir dos resultados obtidos, foi possível confirmar parcialmente o aumento no volume de informações socioambientais, mas em contrapartida, apenas de forma parcial pode ser indicado uma tendência de isomorfismo entre os relatórios anuais e de sustentabilidade.

O resultado desta pesquisa corrobora com outros trabalhos anteriores, como o de SAMPAIO *et al.* (2012) e Silva e Lima Filho (2013), evidenciando que o volume de informações aumentou gradativamente durante o período analisado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou averiguar uma possível presença de isomorfismo nos relatórios socioambientais das empresas que têm sua economia voltada a explorar o meio ambiente por meio de atividade de mineração, mediante o estabelecimento de quatro indicadores, sendo três



deles retirados da Norma Brasileira de Contabilidade T – 15 e, em consonância, com as recomendações dos institutos Ethos e IBASE.

Além destes, esta pesquisa elencou mais um indicador para verificar o atendimento às diretrizes do GRI. Inicialmente, foi investigado o nível de isomorfismo dos relatórios anuais e de sustentabilidade no período que compreende dois anos distintos, 2009 e 2012, das empresas do segmento de mineração.

Os resultados encontrados permitiram confirmar parcialmente a presença de um processo isomórfico em dois grupos de indicadores, apresentados como sociais internos e sociais externos, até mesmo que o estudo de pesquisa teve suas limitações se restringindo em apenas dois períodos que compreenderam os anos de 2009 e 2012. Os resultados não identificaram a presença de um processo isomórfico nos indicadores ambientais e nos indicadores do GRI.

Estes resultados obtidos podem ter sido influenciados por uma maior percepção das empresas sobre a normatização de aspectos sociais. Desse modo, é possível classificar que o isomorfismo com relação aos indicadores sociais internos ou externos, alinha-se ao isomorfismo do tipo normativo.

Os resultados também fornecem evidências consistentes alinhadas a outros trabalhos no que diz respeito a distorções no volume de informações ambientais dificultando a análise e a apreciação dos investidores e demais partes interessadas as empresas. Sendo assim, novas pesquisas poderiam ser realizadas utilizando o instrumento elaborado nesta pesquisa, podendo ser aplicado na área de Contabilidade, com a finalidade de averiguar ou analisar resultados divergentes.

Durante a pesquisa foram encontradas algumas limitações que minimizaram a obtenção de resultados mais robustos como restrição de acesso a dados e quantitativo de empresas que divulgam seus relatórios de sustentabilidade referente ao ano 2012.

Por fim, cabe ressaltar que, mesmo diante de todos os esforços observados nessas grandes empresas, cria-se a necessidade de projetos e ações em prol da sustentabilidade, existe um longo caminho a ser percorrido para que se chegue próximo a um padrão mínimo de evidenciação desse tipo de informação, embora já estejam sendo evidenciadas no presente mas de forma bastante tímida, genérica e qualitativa, precisando de dados quantitativos.

Isso, inclusive, torna-se indispensável, pois possibilitaria a produção de dados quantitativos de natureza ambiental e social, necessários para comprovar ou refutar as informações constantes nos documentos das próprias empresas.

Considerando que esta pesquisa não tem objetivo de abarcar todo o potencial teórico e empírico do tema abordado nem explorar todos os pontos de vista existentes da área ambiental, existem algumas sugestões para futuras pesquisas nesse sentido.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, observou-se a necessidade de trabalhar, paralelamente os itens evidenciados em cada grupo de indicador com os dados relativos aos achados nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas de mineração. Desta forma, mais suporte gerencial pode ser dado aos agentes que buscam informações para tomarem suas decisões nos mais diversos grupos empresariais. Por fim, acredita-se que o modelo utilizado neste estudo possa ser perfeitamente replicado em estudos futuros, que também tenham foco nos resultados encontrados relativo ao volume de informações socioambientais.



## REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; HILL, W.; ROBERTS, C. B. Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour? **British Accounting Review**, v. 30, p. 1-21, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/bare.1997.0060>>. Acesso em 10 de setembro de 2013.

AERTS, W.; CORMIER, D. Media legitimacy and corporate environmental communication. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 1-27. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2008.02.005>>. Acesso em 15 de setembro de 2013.

BROWN, N.; DEEGAN, C. The public disclosure of environmental performance information: a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. **Accounting and Business Research**, v. 29, n. 1, p. 21-41. 1999.

BRUNI, A. L. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2009.

CHO, C. H; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 32, p. 639-647. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

CLARKSON, P. M. *et al.* Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, p. 303-327. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2007.05.003>>. Acesso em 1º de outubro de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC 1.003 de 19.08.2004**. NBC T 15. Dispõe sobre as Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>> Acesso em 02 julho de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC 1.121 de 28.03.2008**. Dispõe sobre a Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>> Acesso em 02 julho de 2013.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, p. 343-372. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2005.04.001>>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

DEEGAN, C.; GORDON, B. A study of the environmental disclosures practices of Australian corporations. **Accounting and Business Research**, v. 26, n. 3, p. 187-199. 1996.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosure by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing Accountability Journal**, v. 9, p. 50-67. 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513579610116358>>. Acesso em 05 de outubro de 2013.



DEEGAN, C.; RANKIN, M. The environmental reporting expectations gap: Australian evidence. **British Accounting Review**, v. 31, p. 313-346. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/bare.1999.0102>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

DIAS FILHO, J. M. **Novos Delineamentos teóricos em contabilidade**. In: RIBEIRO FILHO, J.F.R.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org.). *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. **Abordagens da pesquisa em contabilidade**. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A.B. *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS FILHO, José M. "Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade." *Anais do XXXI Encontro da ANPAD* (2007).

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. the iron cage revisited: **institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**. *American Sociological Review*. Vol. 48. April: 147 – 160. 1983

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, April, 1983. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/2095101>>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

ISLAM, M.A.; DEEGAN, C. Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information: evidence from Bangladesh. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 6, p. 850-868, 2008.

MACHADO, Márcia Reis; NASCIMENTO, Artur Roberto do; MÚRCIA, Fernando. *Análise crítica - epistemológica da produção científica em contabilidade social e ambiental no Brasil*.



In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo.  
*Anais...* São Paulo: USP, 2009.

DOWLING, J; PFEFFER, J. Organizational legitimacy: social values and organizational behavior. **Pacific Sociological Review**, v. 18, p. 122-136. 1975.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005

ETHOS. **Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>. > Acesso em 08 de novembro de 2013.

EXAME. **As 1000 maiores empresas do Brasil**. Exame Melhores e Maiores. 2009. Disponível em: <<HTTP://mm.portalexame.abril.com.br>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2 ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em 04 de julho de 2013.

GRAY, R. Accounting and environmentalism: an exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 399-426. 1992. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90038-T](http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682(92)90038-T)>. Acesso em 20 de outubro de 2013.

GRAY, R. *et al.* Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 8, p. 47-77.1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513579510146996>>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; WALTERS, D. **Accounting for the environment**. London: Paul Chapman in Association with the Chartered Association of Certified Accountants. 1993.

GRAY, R.; WALTERS, D; BEBBINGTON, J. The greening of enterprise: An exploration of the (non) role of environmental accounting and environmental accountants in organizational change. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 6, p. 211-239. 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/cpac.1995.1021>>. Acesso em 28 de outubro de 2013.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108. 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513579610109987>>. Acesso 1º de novembro de 2013.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. Teoria da **Contabilidade**. Tradução de Antônio ZorattoSanvicente. São Paulo: Atlas, 2007.

IBASE. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Disponível em: <<HTTP://www.IBASE.br>> .Acesso em 08 de novembro de 2013.



LINDBLOM, C. **The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure.** Paper presented at the Critical Perspectives on Accounting Conference, New York, 1994.

LINS, L.S.; SILVA, R.N.S. *Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, IX ENGEMA, Curitiba, Brasil, 2007*

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; . A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. In: : um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. In: 30º Encontro da ANPAD. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 1977. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1086/226550>>. Acesso em 10 de novembro de 2013. MOURA, F. V. **Pressões institucionais e o isomorfismo estrutural e contábil dos relatórios de administração publicados por empresas dos subsetores de energia elétrica e de transporte.** 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2010.

NASCIMENTO, A. R. *et al.* Disclosure Social e Ambiental: análises das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Revista Contabilidade Vista & Revista.** Universidade Federal de Minas Gerais, v. 20, n. 1, p. 15-40. 2009.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de celulose em nível internacional.** 2002. 249f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo - USP, 2002.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S. ; BRUNI, A. L. ; DIAS FILHO, J. M.. **Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras.** Revista Universo Contábil, v. 8, p. 105-122, 2012.

SILVA, T. B. J.; LIMA FILHO, R. N.. **Efetividade da Missão e Evidenciação da Responsabilidade Socioambiental: Análise em Organizações do Segmento de Papel e Celulose.** In: XXX Conferencia Interamericana de Contabilidad, Uruguay, 2013.